

Líder do governo e líderes de partidos

16. III. 51 RAUL PILLA

O governo terá o seu líder em cada uma das casas do Congresso. Já estão escolhidos o deputado Gustavo Capanema e o senador Ivo de Aquino. Não há nisso, propriamente, uma inovação, pois o chamado líder da maioria outra coisa não tem sido, na vida republicana, senão o líder do governo, embora formalmente designado pelos líderes das bancadas estaduais. O governo sempre teve líderes no Congresso, nem poderia deixar de tê-los, por mais longe que se quisesse levar o absurdo princípio da independência dos poderes; teve-os, ora mais enérgicos, ora mais conciliadores. Assim, o sr. Acúrcio Tôrres era realmente o representante do sr. Eurico Dutra na Câmara, embora se apresentasse formalmente como líder do partido majoritário.

A inovação, ao que parece, constituiria na coexistência de um líder do governo com líderes dos partidos que apóiam o governo. Desdobrar-se-iam funções que antes se confundiam numa só pessoa — o líder era, — ao mesmo tempo, do governo e da maioria.

A nós parece razoável e, mais do que isto, necessário o desdobramento. Quando a maioria parlamentar era maciça e o governo se considerava expressão direta dessa maioria, ou melhor, a maioria se fazia função do governo, compreende-se que líder do governo e líder da maioria fossem a mesma coisa. Agora, porém, a representação proporcional e a multiplicidade partidária, dela decorrente, alteraram, ao menos teoricamente, a situação. O governo não mais assenta num só, e muitas vezes único partido, mas, pelo contrário, em vários deles. A maioria parlamentar ainda continua sendo, no regime presidencial brasileiro, função do governo, como demonstra exuberantemente o caso atual, em que um presidente minoritário já era majoritário no Congresso, antes mesmo de instalar-se este; mas, havendo vários partidos governamentais, impõe-se a necessidade de um líder do governo, ao lado dos líderes dos partidos que apóiam o governo. Ao primeiro, incumbirá dizer o que espera o governo dos partidos e coordenar-lhes a ação; aos segundos caberá, ao menos em teoria, dizer o que poderão dar os partidos ao governo.

Este deve ser o sistema, em face da multiplicidade partidária reinante. O presidente da República precisa ter no Congresso quem exponha e defenda a sua política, e cada um dos partidos precisa ter ali quem lhe dirija a ação. Um deve ser o líder do governo, e outros os líderes dos partidos, inclusive o do partido majoritário. Muito tememos, porém, que o líder do governo absorva a função do líder do partido majoritário. Convirá a coisa ao P. S. D., porque assim assumirá ele a posição de verdadeiro partido presidencial; e convirá ao sr. Getúlio Vargas, que poderá dispor mais livremente da maior representação partidária e manejá-la, como se fôra do seu próprio partido. Ao regime, a este pobre e tolhido regime presidencial, é que não convirá a fórmula, se ainda há quem suponha poder ser ele alguma coisa mais que a ditadura do presidente. Pois, em vez de dois poderes independentes e harmônicos, como quer a teoria, haverá dois poderes harmônicos, mas um dominante, e o outro dependente.